

Da aids-notícia ao espaço aids: relações político-midiáticas e o coquetel *à la* brasileira

RESUMO

Rai Gabriel de Castro Gomes
raidecastro9@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Iluska Maria da Silva Coutinho
iluska.coutinho@ufjf.br
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Este artigo investiga, de forma exploratória, o papel da mídia na constituição do espaço aids brasileiro, buscando compreender sua participação na construção da aids como problema social e na articulação de respostas institucionais à epidemia. Por meio de revisão bibliográfica, articula as noções de aids-notícia e espaço aids para analisar a passagem da doença do campo biomédico para o espaço público, marcado por disputas simbólicas, políticas e sociais. Discute a atuação da mídia na produção de sentidos sobre a epidemia, especialmente em torno do estigma, da morte e da homossexualidade, e examina sua interface com diferentes agentes e com a constituição das políticas públicas de saúde relacionadas ao HIV e à aids no Brasil. Argumenta-se que os meios de comunicação ultrapassaram a função de difusão de informações, participando da configuração do debate público e das respostas sociais e institucionais à epidemia.

PALAVRAS-CHAVE: Aids. HIV. Mídia. Aids-notícia. Espaço aids. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A história da aids é marcada por um processo progressivo de reconhecimento social e institucional, que culminou na sua consolidação como um problema de saúde pública (Granjeiro; Silva; Teixeira, 2009). Tal processo não ocorreu de maneira linear, sendo atravessado por diferentes dimensões, que incluíram desde avanços no campo biomédico até dinâmicas de inscrição social mediadas pela mídia. À medida que novos casos eram identificados e que se ampliavam os conhecimentos científicos sobre a doença, tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de respostas coletivas e institucionalizadas para o seu enfrentamento.

A aids, contudo, não se apresentava apenas como um problema estritamente sanitário; antes, logo nos primeiros anos da epidemia, revelou também fortes atravessamentos sociais, relacionados a questões de estigma, moralidade, desigualdades etc. (Parker; Aggleton, 2021). Nesse contexto, o enfrentamento da patologia passou a se estruturar de forma múltipla, envolvendo a atuação de diferentes agentes, processo que resultou num espaço simbólico de associações e disputas. Mas que agentes são esses e como se deu a constituição desse espaço?

Este artigo integra os passos iniciais de uma pesquisa de doutorado dedicada à interface entre os meios de comunicação e a temática do HIV e se propõe a investigar, de maneira exploratória, o papel desempenhado pela mídia na constituição do chamado espaço aids brasileiro, buscando compreender de que forma os processos comunicacionais participaram não só da construção da epidemia enquanto problema reconhecidamente social, mas também da constituição de espaços nos quais se articularam (e ainda se articulam) respostas institucionais no enfrentamento da aids. Para aprofundar esta discussão, o trabalho propõe, por meio de uma revisão bibliográfica, uma articulação teórico-conceitual que toma como eixo estruturante as noções de aids-notícia (Spink *et al.*, 2001) e espaço aids (Barros, 2018).

O artigo se desenvolve em três seções principais: na primeira, denominada “Aids-notícia: uma patologia do registro biomédico para o registro social”, discutimos de que maneira a mídia participou da transformação da aids de um fenômeno inicialmente circunscrito ao campo biomédico em uma questão de interesse público. Na segunda seção, “Espaço aids: agentes em jogo como resposta a uma epidemia”, refletimos sobre o processo de constituição do espaço-aids brasileiro, evidenciando a atuação e a articulação de diferentes agentes na construção das respostas ao avanço da aids. Por fim, em “Um coquetel *à la* brasileira: mídia, política e a gênese das políticas públicas em HIV no Brasil”, apresentamos como a articulação entre mídia e política contribuiu para a conformação das bases iniciais das políticas de saúde em torno da aids no país.

Como resultado, o trabalho aponta a participação da mídia como elemento fundamental na constituição do espaço-aids brasileiro, especialmente na interface com o campo político. A análise sugere que os meios de comunicação não atuaram apenas como instâncias de difusão de (des)informações sobre a epidemia, mas também como ator social e político relevante no processo de conformação das estratégias de enfrentamento à aids no Brasil, participando ativamente da configuração do debate público e da própria gênese das políticas de saúde voltadas ao tema.

AIDS-NOTÍCIA: UMA PATOLOGIA DO REGISTRO BIOMÉDICO PARA O REGISTRO SOCIAL

Fausto Neto (1999) explica que, desde seus primeiros registros, a aids encaminhou-se para sua conformação como um “fenômeno de espaço público”, numa dinâmica influenciada sobretudo pela midiatização, mecanismo pelo qual se estabeleceram “condições de comunicabilidade [sobre o HIV e a aids] através dos processos midiáticos” (p. 145). Antes mesmo de haver consensos científicos consolidados sobre etiologia, formas de transmissão, tratamento etc., a doença já circulava intensamente nos meios de comunicação, como uma espécie de “dupla doença da atualidade, enquanto fenômeno epidemiológico, mas igualmente enquanto um fato discursivo e, de modo mais restrito, da discursividade midiática” (Fausto Neto, 1999, p. 12).

De modo mais claro, como explicam Herzlich e Pierret (2005), “foi a imprensa, que, em sentido estrito, fez existir a aids para o conjunto da sociedade” (p. 8), num conjunto de ações progressivas que “desenhou seus contornos e, sobretudo, operou a passagem das informações sobre a doença do domínio médico e científico para o registro onde a ‘sociedade’ está implicada” (p. 9). Daí, a aids apresentar-se como um “fenômeno corpóreo e, igualmente, simbólico” (Fausto Neto, 1999, p. 12), justamente a partir do momento em que a passa a ser “semantizado pelas mais diferentes instituições contemporâneas” (Fausto Neto, 1999, p. 12) - que lhe atribuem sentidos, valores, enquadramentos diversos -, dentre as quais a imprensa assume papel central.

É sobre essa penetração no tecido social, por meio de um “pedido de designação, algo que vai se tecendo, a partir dos regimes de discursividades” (Fausto Neto, 1999, p. 12), sobretudo da imprensa, é que Spink *et al.* propõem o conceito de aids-notícia. Para os autores, o conceito trata-se, em linhas gerais, da compreensão da aids “para além de uma doença e de uma epidemia, [tornando-se] um fenômeno social marcado por tecnologias modernas no campo das pesquisas médicas, pelo ativismo social e pela impressionante dimensão midiática que assumiu” (p. 852). Um aspecto interessante destacado pelos autores é o fato de que “a aids-notícia antecede a epidemiologia propriamente dita, assumindo papel fundamental na emergência do chamado fenômeno social da aids” (Spink *et al.*, 2001, p. 853). Ou seja, antes que a aids fosse plenamente compreendida em termos biomédicos, ela já estava inscrita no imaginário social.

Como temos apontado desde o mestrado, essa inscrição “prematura” da aids no imaginário social, mediada sobretudo pela imprensa, produziu uma série de descompassos, especialmente ao longo das décadas de 1980 e 1990, o que fez com que a aids se apresentasse como um fenômeno que impunha desafios para além da lógica estritamente sanitária, ou seja, como “um fenômeno biomédico cuja rede de sentidos não se limitou à dimensão médica, constituindo-se em objeto específico e independente: um produto da mídia” (Spink *et al.*, 2001, p. 853), dando visibilidade pública à aids e fazendo eclodir tensões que atravessavam valores, normas sociais e modos de vida.

Em outras palavras, a aids deixou “de ser tratada como questão particular, de interesse apenas dos laboratórios e médicos para ganhar uma determinada dimensão pública” (Darde, 2004, p. 255), incorporando, a partir de sua midiatização, “implicações sócio-político-biológicas e repercussões nos novos modos de produção de comportamento e de subjetividade” (Darde, 2004, p. 255).

Isso significa que, ao transformar a doença em acontecimento público, a cobertura jornalística (sobretudo) contribuiu, por um lado, para ampliar sua relevância social, mas, por outro, para deslocá-la do campo exclusivamente técnico, daí a precedência para a doença passar a ser objeto de disputas simbólicas, nas quais diferentes atores sociais buscavam impor leituras, sentidos e explicações. Mas quais são os exemplos?

De modo geral, a forma como a aids foi tratada pela mídia, especialmente nas primeiras décadas da epidemia, resultou na consolidação de um conjunto de enquadramentos que extrapolavam a dimensão informativa. Um dos mais recorrentes foi a associação direta entre aids e morte. Darde (2004) lembra da figura do “aidético”, uma categoria única, indivisível e, sobretudo, isolada da sociedade, das pessoas, dos seres humanos. Segundo o autor, desde as primeiras reportagens sobre a aids no Brasil, no início da década de 80, o preconceito, assim como o próprio HIV, se disseminava rapidamente, criando no imaginário a ideia de que o indivíduo HIV+¹ “[...] é um inimigo condenado à morte física, considerado sem utilidade para o desenvolvimento social (p. 248).

Outro efeito marcante dessa cobertura foi a construção da aids como uma doença restrita a grupos específicos, sobretudo homossexuais. A primeira cobertura sobre um caso de aids confirmado no Brasil se deu pelo *Jornal do Brasil* (Guedes; Silva, 2020), em 12 de junho de 1983, em uma matéria publicada sob o título “Brasil já tem dois pacientes com câncer-gay”. Galvão (2000) pondera sobre a ideia de que a leitura inicial da aids pela mídia brasileira era influenciada pela forma como a doença era abordada pela mídia americana, que trazia “nomes como doença dos homossexuais e câncer gay” (Galvão, 2000, p. 26), já que a maioria dos casos notificados era de pessoas identificadas como gays. Dessa forma, era sustentada, a partir da mídia, a ideia de que viver com HIV era sinônimo de ser homossexual (ou vice-versa).

Esse processo foi intensificado pela apropriação religiosa do discurso sobre a aids no espaço midiático. Jornais e programas noticiosos frequentemente repercutiam falas de líderes religiosos que interpretavam a doença como consequência do pecado ou como forma de castigo moral. Apesar de, a partir do final da década de 80, instituições católicas e protestantes terem passado a se movimentar contra a aids (Teodorescu e Teixeira, 2015), em um primeiro momento, logo após o anúncio da nova doença, líderes religiosos viam os homossexuais infectados como sendo punidos por Deus, ou como vítimas da “vingança da natureza” por manterem relações consideradas impróprias (Lima *et al.*, 2019).

Apesar de os fatores aqui apresentados não se esgotarem em si mesmos, importa-nos reconhecer que, neste emaranhado de tensões, já estavam postas questões que configuraram a aids como uma problemática para além de seu caráter biomédico e sanitário. Trata-se, portanto, de um fenômeno que também se estabelecia como um problema de ordem social, atravessado por desafios múltiplos. A partir dos anos 1990, principalmente, esse quadro passava a ser tensionado por novas frentes de enfrentamento da epidemia, o que demandava que os debates extrapolassem a “gestão clínica” da doença e passassem a envolver disputas simbólicas, respostas institucionais e a atuação de diferentes agentes no espaço público. Mas de que forma? É sobre essas (re)configurações e sobre a atuação desses diferentes atores que nos debruçaremos na seção seguinte.

ESPAÇO-AIDS: AGENTES EM JOGO COMO RESPOSTA A UMA EPIDEMIA

Até aqui, vimos que a aids-notícia significou, em linhas gerais, a passagem da doença do registro biomédico para o registro social por meio da mídia, desaguando na conformação da aids como um fenômeno de espaço público, tal como formulado por Fausto Neto (1999). Ainda que não nos tenha cabido, neste trabalho, discutir de modo aprofundado o conceito de espaço público a partir de sua tradição filosófica, como aquela formulada por Habermas, interessou-nos mobilizar tal noção no contexto de um novo espaço de debate que se constitui a partir da aids, onde a síndrome “torna-se uma causa que transcende o caso individual dos doentes ou o destino dos grupos particulares [e] passa a colocar em jogo o interesse coletivo” (Herzlich e Pierret, 1992, p. 26).

Se a constituição da aids como um “fenômeno social” (Herzlich e Pierret, 1992, p. 8) fez com que, em torno dela, se mobilizassem “muitos grupos e as mais diversas instituições” (Herzlich e Pierret, 1992, p. 26), é pertinente supor a necessidade de esforços analíticos voltados a pensá-la de modo setorial no interior desse espaço público ampliado. Tal perspectiva permitiria compreender os jogos de força que orbitam a temática da aids, evidenciando as disputas, articulações e assimetrias que se estabelecem entre diferentes agentes envolvidos em sua construção e enfrentamento.

No Brasil, entre os esforços empreendidos para compreender esses jogos de força, destaca-se a obra de Sandra Garrida de Barros, que tem se dedicado à análise da estrutura e da dinâmica das relações entre os agentes engajados em torno dessa temática. Ao sistematizar essas interações, a autora reúne esse conjunto de reflexões na formulação do que se tem chamado por “espaço-aids brasileiro”, noção que nos guiará neste trabalho a apreender as articulações, disputas e cooperações estabelecidas entre diferentes campos sociais no contexto da epidemia.

Conforme explica Pinel (*in* Barros, 2018), essa noção de espaço-aids brasileiro se dá a partir de dois princípios analíticos fundamentais, diretamente relacionados à compreensão da aids como uma problemática de duas faces - uma biomédica e outra social, como já apontamos neste trabalho. O primeiro princípio parte do entendimento de que “evolução da aids política de aids como sendo o produto de uma dinâmica social, ou seja, uma dinâmica que resulta da interpenetração das estratégias de agentes que compartilham o objetivo de lutar contra a epidemia” (Pinel *in* Barros, 2018, p. 12), simultaneamente no plano sanitário e no plano social, mesmo em “posições diferentes e [sem] a mesma visão do que deve ser a luta contra a aids, nem [com] os mesmos interesses a defender” (Pinel *in* Barros, 2018, p. 12). O segundo princípio é inspirado na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, a partir da qual se propõe analisar os discursos e práticas em torno da aids como “produções de um espaço social específico na interface dos diferentes campos, aos quais pertenciam os agentes envolvidos nessa luta” (Pinel *in* Barros, 2018, p. 12).

Mas que agentes estão implicados na constituição desse espaço-aids brasileiro? Embora, no contexto geral da obra de Barros, seja possível identificar uma tratativa desses agentes de modo relativamente integrado - na qual cada um contribui a partir de sua posição específica e de seus objetivos próprios -, também se evidencia a existência de camadas distintas que atravessam essa configuração, que dizem respeito tanto às posições ocupadas pelos agentes

quanto aos recortes temporais que marcam sua atuação. Nesse sentido, a autora permite observar a constituição inicial do espaço-aids a partir de sujeitos diretamente implicados pela epidemia, como pessoas pertencentes aos chamados grupos de risco, indivíduos que tiveram contato prévio com a doença, pessoas adoecidas, seus familiares e amigos, bem como profissionais de saúde e militantes que, por razões pessoais ou profissionais, passaram a se engajar no enfrentamento da epidemia.

É pertinente lembrarmos que a chegada da epidemia de aids ao Brasil, no início dos anos 1980, coincidiu com um momento histórico singular marcado pelo processo de abertura política e de redemocratização do país. Tratava-se de um contexto em que se ampliavam as possibilidades de reorganização da sociedade civil, com a retomada da luta por direitos políticos e a emergência de novos movimentos sociais. Naquele período, observava-se o fortalecimento de movimentos identitários e a ampliação das pautas relacionadas aos direitos civis.

No caso específico da população homossexual, grupo-agente pioneiro no espaço aids, a aids emergia em um momento de expansão do chamado “gueto-gay” (Silva, 1986) e de intensificação das tentativas de organização coletiva. Ainda que experiências anteriores de mobilização já existissem, foi a partir do final da década de 1970 que se consolidou um movimento mais articulado, impulsionado por trocas internacionais e pela circulação de ideias ligadas à libertação sexual.

A visita do editor do jornal norte-americano *Gay Sunshine*, em 1977, é frequentemente apontada como um marco nesse processo. A partir daquele encontro, um grupo de intelectuais homossexuais fundaria o jornal *Lampião da Esquina*, que passaria a desempenhar papel central na circulação de discursos e na articulação política do movimento homossexual brasileiro. Pouco depois, surge o *Somos*, considerado o primeiro grupo de afirmação homossexual do país, sediado em São Paulo (Santos, 2011).

A partir dessas experiências, observava-se uma proliferação de grupos militantes que, inicialmente, tinham como foco a luta por direitos civis e o enfrentamento da discriminação. Ainda que não houvesse, naquele momento, uma legislação explicitamente homofóbica a ser combatida, “a homossexualidade constava na lista de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps), o que tornava a relação com o campo médico conflituosa” (Barros, 2018, p. 50).

Com a chegada da aids ao Brasil, esses movimentos passaram por um processo de reconfiguração. Em um primeiro momento, parte da comunidade homossexual reagiu com desconfiança às notícias sobre a epidemia. A crença de que se tratava de uma estratégia médica para conter ou reverter as conquistas do movimento homossexual revelava o grau de tensão existente entre ciência, mídia e ativismo naquele contexto inicial (Perlongher, 1987).

Essa percepção começou a se modificar quando membros da comunidade, em viagens para os Estados Unidos, perceberam a gravidade da situação que atravessava sobretudo os gays estadunidenses. Segundo Facchini (2010), o impacto da epidemia chegou a resignificar o movimento homossexual, que, em vez de continuar a luta por reconhecimento social e direitos, passou a focar prioritariamente no enfrentamento da epidemia. O discurso médico passava a ser

progressivamente incorporado, e os próprios militantes começavam a incentivar a busca por atendimento médico e o acompanhamento clínico.

É nesse momento que se delineava a chamada “primeira onda” do movimento social em torno da aids, por volta de 1983, coincidindo com os primeiros registros mais sistemáticos da epidemia no Brasil. A resposta à aids deixava de ser apenas uma pauta identitária e passava a envolver preocupações sanitárias, assistenciais e institucionais, ampliando o leque de agentes envolvidos. O primeiro sinal de expansão do espaço-aids foi uma articulação entre militantes movimento homossexual e a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo — que seria, a posteriori, fundamental para pressionar o poder público a se preparar para o atendimento dos casos que começavam a surgir.

Foi a partir desse vínculo que começavam a se estabelecer canais de articulação entre agentes de diferentes campos: o espaço-aids, então, começava a se conformar, incorporando à luta dos homossexuais mais um aliado - a ciência. Embora, naquele momento inicial, o Ministério da Saúde ainda não demonstrasse plena atenção à gravidade da aids, instituições federais de ensino e pesquisa passaram a se envolver ativamente no tema, muitas vezes por iniciativa individual de docentes e pesquisadores. Esse engajamento das universidades e pesquisa contribuiu para a consolidação da aids como objeto legítimo de investigação científica no país. Nesse contexto, destacam-se a criação de um laboratório de pesquisa em aids na Fundação Oswaldo Cruz, responsável por importantes avanços na compreensão do vírus e a atuação da Escola Paulista de Medicina, que passava a oferecer assistência a pacientes, mesmo com as possibilidades terapêuticas ainda limitadas.

Para além das instituições de ensino e pesquisa, que passavam a se mobilizar em torno da luta, os próprios profissionais da saúde começavam a ocupar lugar no enfrentamento da epidemia. Médicos, enfermeiros e outros trabalhadores do campo da saúde passavam a lidar diretamente com os primeiros casos, muitas vezes em um contexto de escassez de informações, protocolos incipientes e ausência de tratamentos eficazes.

Essa atuação inicial, marcada tanto por desafios técnicos quanto por implicações éticas e sociais, contribuía para a constituição de saberes práticos e para a articulação entre militância, pesquisa e assistência, reforçando o caráter do espaço-aids como resposta à epidemia no Brasil. Pinel (*in* Barros, 2018) explica que, naquele momento inicial, em que a prevenção se configurava como a principal estratégia de enfrentamento, a atuação conjunta entre tais agentes aparecia “como uma condição necessária para uma intervenção preventiva direcionada à população mais ameaçada pela epidemia”, ou seja, os homossexuais. (p.13).

A configuração do espaço-aids nesse momento era marcada por uma pluralidade de concepções, saberes e práticas que, longe de operarem de maneira isolada, contribuíram para uma lógica de complementaridade. Conforme Barros (2018), é a partir desse momento que a aids deixava de ser compreendida apenas como um problema circunscrito a determinados grupos e passava a ser construída como uma problemática ampla, que exigia respostas integradas. Nesse processo, ganhava centralidade ações orientadas pela defesa da dignidade das pessoas HIV+ e por um forte apelo aos direitos humanos, deslocando o

enfrentamento da epidemia para além da lógica do controle sanitário e incorporando dimensões sobretudo políticas.

Àquela altura, já se observava a realização de reuniões sistemáticas (que viriam a servir de base para a criação da CNAIDS)², “para as quais eram convocadas pessoas envolvidas diretamente com a questão da aids” (Spink, 2003, p. 60), que articulavam ali os poderes científico e militante. A atuação desses agentes, no entanto, não se limitou a esses espaços de articulação inicial, estendendo-se progressivamente à ocupação de instâncias institucionais. Nesse processo, os poderes científico e militante foram gradualmente convertidos em uma espécie de poder burocrático, num movimento “que teve importante papel na construção de um discurso oficial que contemplasse a negociação entre os agentes dos diferentes subespaços” (Barros, 2018, p. 69).

Com essa “burocratização” do espaço-aids, somada ao contexto de redemocratização do país e à expansão dos casos para além do eixo Rio–São Paulo, tornaram-se possíveis as primeiras medidas específicas voltadas ao controle da epidemia. Esse processo inaugurava, sobretudo, o direcionamento para a implantação de uma política nacional de enfrentamento à epidemia, com forte influência da relação entre imprensa e política, tema do qual trataremos na próxima seção.

UM COQUETEL À LA BRASILEIRA: MÍDIA, POLÍTICA E A GÊNESE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM HIV NO BRASIL

A conformação do espaço-aids brasileiro, tal como discutido na seção anterior, pode ser compreendida como um verdadeiro “pacote” de enfrentamento à epidemia, composto por diferentes agentes, saberes, interesses e estratégias que se articularam de modo singular no contexto nacional. Esse arranjo não se limitou às esferas biomédica e do ativismo, mas incorporou também, de forma decisiva, a mídia e o campo político, elementos fundamentais para a gênese das políticas públicas de enfrentamento à aids no Brasil.

Ao mobilizar agentes provenientes de distintos campos sociais, o espaço-aids brasileiro produziu uma dinâmica própria de enfrentamento da epidemia, marcada tanto pela colaboração quanto pela disputa. Nesse sentido, é que tratamos de espaço como um coquetel³ (palavra empregada aqui como uma metáfora), não nos referindo à posterior política de acesso universal aos antirretrovirais, mas à própria arquitetura discursiva e institucional que sustentou a formulação das políticas públicas em HIV no país.

Embora, no contexto brasileiro, a cobertura midiática sobre a aids tenha trabalhado “mais no sentido de amedrontar do que propriamente de educar” (Gonçalves; Varandas, 2004), não se pode ignorar que a própria “natureza midiática que teve o aparecimento da doença e seu avanço constante levou a um esforço coletivo na busca da cura da aids” (Spink, 2003, p. 58), que começou como inquietação e organização nos movimentos sociais, especialmente entre grupos diretamente afetados pela epidemia, e foi progressivamente alcançando as engrenagens da política nacional e do Estado.

Assumir o papel desempenhado pela mídia na conformação desses processos não significa, evidentemente, negar que o desenvolvimento da temática da aids no campo político (tanto no interior das dinâmicas partidárias

quanto no âmbito das instituições estatais) tenha ocorrido também de maneira relativamente autônoma em relação às mediações midiáticas. Tal desenvolvimento se explica, em grande medida, no fato de que “agentes que tiveram importante participação na gênese e nas transformações do espaço aids tiveram uma trajetória política dominante” (Barros, 2018, p. 66). Ainda assim, reconhecer essa dimensão não significa afirmar que os processos de formulação das respostas à epidemia tenham se dado de forma completamente desvinculada da esfera midiática. Antes, é possível observar um conjunto de atravessamentos e condicionamentos mútuos entre mídia e política, no interior dos quais se estruturaram parte das disputas, das visibilidades e das agendas que orientaram o enfrentamento da aids.

Um primeiro sinal dessa relação entre os campos político e midiático pode ser identificado no momento em que parte da imprensa passa a deslocar o enquadramento inicial da aids (marcado, sobretudo, por tons sensacionalistas) para uma abordagem que apontava para “a dominância e reconhecimento do saber médico como aquele que detém a autoridade sobre a doença” (Barros, 2018, p. 82). Ainda que esse movimento não estivesse, naquele momento, vinculado à formulação propriamente dita de uma política nacional, ele contribuiu para a construção de um ambiente discursivo mais propício à legitimação pública das respostas institucionais que começavam a se delinear. Ao reforçar a autoridade do campo médico-científico, a cobertura midiática acabava, assim, por preparar as bases para o reconhecimento das políticas públicas que estavam a caminho — e que se estruturariam, em grande medida, a partir de diretrizes provenientes desse mesmo campo.

Outro aspecto importante dessa relação entre mídia e política no contexto do enfrentamento da aids diz respeito à criação das primeiras campanhas públicas de prevenção. Nesse ponto, é importante lembrar da compreensão de mídia que adotamos neste trabalho, que abarca meios/produtos além do jornalismo. Embora a cobertura jornalística tenha sido central na construção pública da temática, como já vimos, a articulação entre mídia e política também se deu por meio de outros dispositivos comunicacionais, especialmente campanhas publicitárias veiculadas na televisão (Polistchuck, 1999; Santos, 2002).

No contexto brasileiro, essa aproximação tornou-se mais evidente a partir da gestão de Lair Guerra no Ministério da Saúde, período em que o governo federal passava a olhar de forma mais sistemática para a questão da aids (Teixeira, 1997). Ainda que já existissem iniciativas e programas voltados ao enfrentamento da epidemia em estados, “que até então formulavam e executavam seus programas específicos” (Barros, 2018, p. 82), foi nesse momento que começou a se delinear uma resposta de caráter nacional, com implementações “normalizadas de forma centralizada” (Barros, 2018, p. 82). Entre as estratégias adotadas pela então ministra, destacava-se justamente a produção de campanhas de comunicação em larga escala, especialmente na televisão.

É interessante observar que no contexto dessas campanhas também é possível identificar um certo “caráter autorregulatório” da mídia no que diz respeito ao arranjo político-midiático de enfrentamento à aids. Isso porque, sobretudo no momento em que as campanhas televisivas do Ministério da Saúde passavam a ser amplamente veiculadas, surgiam também inúmeras críticas em relação ao seu conteúdo. Diversos comentários apontavam, por exemplo, que determinadas campanhas informavam pouco, geravam dúvidas ou transmitiam a

impressão de um engajamento insuficiente diante da gravidade da epidemia (Barros, 2018).

Ou seja, ao mesmo tempo em que a mídia funcionava como plataforma de difusão das mensagens institucionais do Estado, ela também se tornava espaço de circulação de críticas a essas mesmas mensagens. É certo pontuar que tais críticas eram formuladas, em grande parte, por organizações da sociedade civil (como a ABIA, por exemplo), mas, ainda que em número não tão expressivo, esses tensionamentos apareciam também em artigos, entrevistas ou declarações repercutidas em jornais impressos e revistas (Barros, 2018). Essas críticas, inclusive, parecem ter contribuído para que o Ministério da Saúde empregasse, a partir de então, um “esforço crescente de aprimoramento das estratégias de comunicação e de integração da CNAIDS nas discussões sobre as campanhas” (Spink, 2003, p. 39).

Outro aspecto importante a ser considerado nessa articulação entre mídia e política no contexto de enfrentamento à aids diz respeito ao pronunciamento realizado pelo presidente Fernando Collor em cadeia nacional de rádio e televisão sobre a situação da epidemia no país, que “foi o primeiro, e talvez o único, de um presidente abordando a questão da aids, o que evidenciava a priorização da questão pelo governo federal a partir do segundo semestre de 1991” (Barros, 2018, p. 136).

É possível pensar que, ao tratar publicamente da epidemia a partir de um lugar institucional de autoridade, Collor, na figura de presidente, contribuía para deslocar a temática para o interior da agenda governamental, especialmente porque na ocasião “foram apresentadas as ações que o governo federal estava implantando” (Barros, 2018, p. 138). Nesse sentido, a fala do presidente apontava como um gesto de reconhecimento político da aids como problema de interesse nacional, reforçando sua centralidade no debate público e sinalizando a necessidade de respostas coordenadas por parte do Estado.

Cabe ressaltar que não nos propusemos, aqui, a reconstituir de forma exaustiva toda a trajetória da política nacional de enfrentamento à aids no Brasil, seja pelas limitações de escopo próprias deste artigo, seja pelas restrições de tempo e espaço que caracterizam esse tipo de trabalho. É precisamente por essa razão que optamos por tratar aqui especificamente de sua gênese, isto é, dos elementos e dinâmicas que contribuíram para a formação inicial das bases institucionais e discursivas dessa política. Nesse sentido, cabe-nos apontar ainda um último aspecto da relação entre mídia e política no *start* desse processo.

É notável que, embora Collor tenha realizado pronunciamentos oficiais em rádio e televisão reconhecendo a gravidade da situação da aids no país, sua posição em relação às responsabilidades do Estado no tratamento da doença revelava certa ambiguidade. Em determinados momentos, o então presidente chegou a afirmar que a aquisição de medicamentos antirretrovirais “deveria ser encargo dos doentes, das empresas, das instituições privadas de assistência e de fontes não exclusivamente governamentais” (Barros, 2018, p. 136).

É nesse contexto que a atuação da mídia se revelava novamente significativa no interior do espaço-aids brasileiro. No início dos anos 1990, a cobertura jornalística passava a dar visibilidade às dificuldades de acesso aos tratamentos emergentes e às demandas de pacientes, médicos e organizações da sociedade civil, e tal visibilidade contribuiu para intensificar a pressão pública sobre o

governo federal. Como resultado desse processo, o Ministro Alcení Guerra, “pressionado pela imprensa” (Barros, 2018, p. 165), terminou cedendo à aquisição de AZT pelo governo, em 1991.

Essa decisão representava um marco importante na trajetória das políticas de contra a aids no Brasil, uma vez que o acesso aos antirretrovirais se consolidaria posteriormente como um dos pilares da resposta brasileira à epidemia. Tal política ganharia maior densidade institucional durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o Estado passou a garantir não apenas o acesso ao AZT, mas também a outros medicamentos “que permitiram melhores desfechos clínicos e aumento significativo da sobrevida dos pacientes, uma verdadeira revolução no tratamento da aids” (Barros, 2018, p. 167).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho nos permitiram avançar na compreensão da relação entre mídia, política e o universo do HIV, evidenciando que a dimensão política não deve ser tratada como um elemento periférico na pesquisa sobre a temos nos debruçado. O trabalho, ao contrário, reforça nossa visão da política como parte indissociável desse caminho de pesquisa, justamente por atravessar tanto os processos de construção pública da epidemia quanto as formas pelas quais as respostas sociais e institucionais foram (e têm sido) estabelecidas, eixos centrais de nossa investigação.

Se o espaço público é, “em larga medida, agendado pelo sistema midiático, que daria os contornos do que seria ou não legítimo, e do que deveria ou não ser prioritário” (Fonseca, 2011, p. 43), olhar para constituição do espaço-aids brasileiro reforça essa perspectiva, ao demonstrar que o enfrentamento da epidemia se deu por meio da atuação articulada de diferentes agentes e instituições, cujas práticas e disputas se desenvolveram em constante diálogo na interseção entre os campos político e midiático.

Foi possível perceber que, em razão de “as questões destacadas pelos veículos de comunicação [ganharem] evidência no debate público, exercendo pressão sobre a ação governamental” (Penteado; Fortunato, 2015, p. 134), é nesse coquetel, emaranhado de forças ora em sintonia ora em disputa, que determinadas questões relativas à aids adquiriram visibilidade social e passaram a ser reconhecidas como problemas coletivos dignos de atenção do Estado brasileiro.

A reflexão, então, deixa claro que a constituição do espaço-aids brasileiro não pode prescindir da consideração de sua dimensão midiática. Ainda que seja legítimo destacar o papel da atuação institucional de agentes como organizações da sociedade civil, do campo médico-científico na estruturação das respostas à epidemia e dos próprias engendramentos políticos, os achados aqui discutidos indicam que a mídia também desponta, ao longo desse processo histórico, como um agente relevante na conformação desse espaço.

Cabe destacar, por fim, que, embora este trabalho se concentre em processos relacionados aos primeiros anos da epidemia, as reflexões aqui apresentadas sugerem que a relação entre mídia, política e o universo do HIV permanece atual e relevante, já que a aids ainda é um problema de saúde pública no Brasil e o no mundo. Dessa maneira, esperamos que as discussões

desenvolvidas neste artigo possam contribuir para ampliar o debate acadêmico sobre o papel da mídia na construção social das epidemias e na conformação das respostas institucionais a elas.

NOTAS

1 - Lê-se “HIV positivo”. A expressão é usada para designar a condição sorológica das pessoas que vivem com HIV.

2 - Comissão Nacional de Aids, hoje denominada Comissão Nacional de HIV/Aids.

3 - O termo coquetel foi amplamente utilizado, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 90, para designar os primeiros esquemas de terapia antirretroviral combinada, caracterizados pelo uso simultâneo de diversos medicamentos, frequentemente associados a efeitos colaterais intensos e a regimes terapêuticos complexos. Atualmente, tal denominação tem sido progressivamente abandonada no campo biomédico e nas políticas de saúde, em razão de seu caráter impreciso e de implicações éticas e simbólicas, sendo substituída por expressões como terapia antirretroviral combinada (TARV). Neste trabalho, o termo é mobilizado exclusivamente como chave metafórica, sem adesão ao seu uso biomédico.

From aids news to aids space: political-media relations and the Brazilian-styçe cocktail

ABSTRACT

This article explores, from an exploratory perspective, the role of the media in the constitution of the Brazilian AIDS space, seeking to understand its participation in constructing AIDS as a social problem and in shaping institutional responses to the epidemic. Through a literature review, it brings together the concepts of AIDS news and AIDS space to analyze the transition of the disease from the biomedical field into the public sphere, marked by symbolic, political, and social disputes. It discusses the media's role in producing meanings about the epidemic, particularly around stigma, death, and homosexuality, and examines its interface with different actors and with the development of public health policies related to HIV and AIDS in Brazil. It argues that the media went beyond the function of disseminating information, contributing to the configuration of public debate and to social and institutional responses to the epidemic.

KEYWORDS: AIDS. HIV. Media. AIDS news. AIDS space. Public policies.

REFERÊNCIAS

BARROS, Sandra Garrido de. Política Nacional de Aids: construção da resposta governamental à epidemia HIV/aids no Brasil. Salvador: Edufba, 2018. Disponível em:

https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Politica-Nacional-de-Aids.pdf.

DARDE, Vicente William da Silva. As vozes da AIDS na imprensa: um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6399>.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. Cadernos AEL, São Paulo, v. 10, n. 18/19, 2010. Disponível em:

<https://ojs.ifch.unicamp.br//index.php/ael/article/view/2510>.

FAUSTO NETO, Antônio. Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a Aids. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, dez. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/6bCYRSVtShSg6wqwhQq6vQQ/?lang=pt>.

GALVÃO, Jane. Aids no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia. São Paulo: Editora 34, 2000.

GRANJEIRO, Alexandre; SILVA, Lindinalva Laurindo da. Resposta à aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 26, n. 1, p. 87–94, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2009.v26n1/87-94/pt>.

HERZLICH, Claudine; PIERRET, Janine. Uma doença no espaço público: a Aids em seis jornais franceses. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 15, p. 71-101, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/6S3DnH4zgNKT5LhkzjYNwtc/?lang=pt>.

PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. Estigma, discriminação e AIDS. 2. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, 2021.

PENTEADO, Claudio Camargo; FORTUNATO, Ivan. Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30 (87), fev. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/FmJPwZ6cVKGwK7M9bjhbZSp/abstract/?lang=pt>.

PERLONGHER, Nestor. *O que é aids?* São Paulo: Brasiliense, 1987.

POLISTCHUCK, Ilana. *Campanhas de saúde pela televisão: a campanha de AIDS da TV Globo*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1999.

SANTOS, Sérgio Lima dos. *O movimento homossexual no Brasil e suas políticas identitárias: uma abordagem histórico-social*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Sociais, Maceió, 2011. Disponível em:

<https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/3546>.

SILVA, Fábio Ronaldo; GUEDES, Raquel da Silva. A mídia impressa e a construção narrativa sobre a AIDS no Brasil no final do século XX: uma relação perigosa. *Revista Ciência e Trópico*, Recife, v. 44, n. 1, p. 143-162, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1910>.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito; MENEGON, Vera; LYRA, Jorge; LIMA, Helena. A construção da AIDS-notícia. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 851-862, jul.-ago. 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/vcGtwR9pcxZv3QBvmlXmyzy/?lang=pt>.

SPINK, Mary Jane. *A Comissão Nacional de Aids: a presença do passado na construção do futuro*. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

TEIXEIRA, Paulo Roberto. Políticas públicas em aids. In: PARKER, Richard (Org.). *Políticas, instituições e aids: enfrentando a epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. p. 43-68.

TEODORESCU, Lindinalva Laurindo; TEIXEIRA, Paulo Roberto. *Histórias da AIDS no Brasil - 1983–2003*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.fgv.br/bitstreams/aca32da7-42c0-42e4-ac38-12b82de2f40f/download>.

Recebido: 31 ago. 2026.

Aprovado: 30 set. 2026.

DOI: 10.3895/rde.v17n29.22516

Como citar: Gomes, R.G.C; Coutinho, I.M.S. Da aids-notícia ao espaço aids: relações político-midiáticas e o coquetel à la brasileira. R. Dito Efeito, Curitiba, v. 17, n. 29, p. 34-49, jul./dez. 2026. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

